



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.ª SL

Aos 12 dias do mês de junho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00 I Parte

Audição dos representantes dos trabalhadores da Soares da Costa, S. A., na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.

11:00 II Parte

1. Apreciação e votação de atas;

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

3. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN) - «Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência», e das propostas de alteração apresentadas;

4. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) das seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Lei n.º 509/XIII/2.ª (PCP) - «Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, procedendo à 12.ª alteração do Código do Trabalho e à 1.ª alteração da Lei n.º 98/2009, 4 de setembro»;

- Projeto de Lei n.º 510/XIII/2.ª (PCP) - «Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto»;

- Projeto de Lei n.º 514/XIII/2.ª (PCP) - «Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro»;

- Projeto de Lei n.º 716/XIII/3.ª (PCP) - «Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (1.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho)»;

- Projeto de Lei n.º 842/XIII/3.ª (BE) - «Determina a isenção de custas dos trabalhadores nas ações para reconhecimento de direito ou interesse legalmente protegido em matéria de acidentes de trabalho e de doenças profissionais (12.ª alteração ao Regulamento das Custas Processuais e 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro)»;

- Projeto de Lei n.º 542/XIII/2.ª (PEV) - «Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho»;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.^a SL

- Projeto de Lei n.º 613/XIII/3.^a (BE) - «Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais»;

- Projeto de Lei n.º 779/XIII/3.^a (PCP) - «Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador»;

5. Fixação da redação final das iniciativas legislativas que alteram o Regime de Execução do Acolhimento Familiar [Projetos de Lei n.º 873/XIII/3.^a (PS), 913/XIII/3.^a (PSD), 1012/XIII/4.^a (PAN) e 1018/XIII/4.^a (CDS-PP)];

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com carácter de urgência, da Senhora Secretária de Estado da Segurança Social sobre a situação do concurso aberto para as amas da Segurança Social através do Boletim de Emprego Público;

7. Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 2138/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a retificação da contagem de tempos de trabalho dos trabalhadores da pesca local e costeira para efeitos de pensões e reformas e devida reposição dos seus direitos», do Projeto de Resolução n.º 2178/XIII/4.^a (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que, para efeitos de contabilização na Segurança Social, equipare cada dia de descarga em lota das embarcações de pesca local e costeira a 3 dias de trabalho» e do Projeto de Resolução n.º 2179/XIII/4.^a (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que reveja o processo de devolução dos retroativos da pensão auferidos pelos mestres/armadores da Associação dos Mestres Proprietários da Pesca Artesanal da Zona Norte»;

8. Admissão das seguintes petições, e designação, se necessário, dos respetivos relatores:

- Petição n.º 594/XIII/4.^a, da iniciativa de Ricardo Manuel Vieira Pereira e outros (198 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medida de legislativa com vista à criação da carreira especial de técnico superior jurista»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 609/XIII/4.^a, da iniciativa de Ana Raquel Oliveira Lima e outros (4110 assinaturas) - «Solicitam a regulamentação da Profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 613/XIII/4.^a, da iniciativa do STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionários e Afins e outros (15900 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 619/XIII/4.^a, da iniciativa do SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia e outros (4075 assinaturas) - «Solicitam o reconhecimento da profissão dos trabalhadores da manutenção e montagem de aerogeradores como de desgaste rápido»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 625/XIII/4.^a, da iniciativa de Paulo Jorge Guedes Gouveia Reis e outros (6311 assinaturas) - «Solicitam a atualização da estrutura remuneratória da carreira de Assistente Técnico.»;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.ª SL

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

9. Outros assuntos.

10:00 I Parte

Audição dos representantes dos trabalhadores da Soares da Costa, S. A., na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Wanda Guimarães (PS), que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, cumprimentou e deu as boas vindas aos representantes do Sindicato da Construção de Portugal (Albano Ribeiro - Presidente, e António Mesquita - Assessor), enquadrando a sua vinda à Comissão no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE, sobre a situação dos trabalhadores da Soares da Costa, S. A., descreveu a metodologia adotada para aquela audição e deu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para a apresentação do referido requerimento, sendo de seguida concedida a palavra ao Senhor Albano Ribeiro, Presidente do Sindicato.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Álvaro Batista (PSD), Ricardo Bexiga (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo o Senhor Albano Ribeiro respondido no final e de forma sucessiva às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

11:00 II Parte

Logo após a audição, deu-se continuidade à reunião, de acordo com os termos constantes da respetiva ordem de trabalhos

1. Apreciação e votação de atas;

Este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.ª SL

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

Não se registou a existência de qualquer iniciativa para distribuir nesta reunião, pelo que se entrou de imediato no terceiro ponto da Ordem de Trabalhos.

3. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN) - «Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência», e das propostas de alteração apresentadas;

Logo de início, a Senhora Deputada Carla Barros (PSD) solicitou que este ponto pudesse ser retomado um pouco mais à frente nesta reunião, já que a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), a quem cabia encetar esta discussão em representação o seu Grupo Parlamentar, ainda não havia chegado.

Contudo, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) comunicou que não podia aguardar pelo adiamento solicitado, anunciando desde já o voto favorável ao texto comum apresentado.

Também a Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) se mostrou condicionada no tempo, aproveitando porém para salientar o resultado de um longo trabalho, fruto dos muitos contributos de todas as forças políticas, bem como da consulta efetuada, que redundou em seis contributos, que foram no sentido do reforço da garantia de independência do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, doravante apenas Mecanismo, e da clarificação de aspetos do Conselho Consultivo, entre outros elementos, ficando tão-só três sugestões por acolher. Concluiu fazendo votos para que este diploma pudesse ser aprovado ainda hoje, destacando a sua importância para ajudar o Mecanismo a ultrapassar as dificuldades no seu funcionamento.

Por seu turno, a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) registou que esta versão final era uma boa proposta, estando garantido o seu funcionamento independente junto da Assembleia da República. Acrescentou que a intervenção dos diferentes partidos políticos fora benéfica para todos, inclusive para o próprio Mecanismo e para as políticas que se entendam desenhar para as pessoas com deficiência.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.ª SL

Já o Senhor Deputado Jorge Falcato Simões (BE) assinalou com satisfação a conclusão deste processo, lembrando que desde 6 de dezembro de 2016, data de tomada de posse do Mecanismo, que se suscitou a questão relativa aos meios necessários para o seu funcionamento. Não deixou ainda de realçar o papel do Mecanismo e de louvar a atividade desenvolvida, mesmo sem meios, com a elaboração de pareceres e recomendações, que nem sempre lhe foram solicitados, aproveitando para apelar a que a Assembleia e o Governo ouvissem sempre o Mecanismo sobre as políticas públicas e a legislação relativa às pessoas com deficiência, já que neste período a iniciativa partira muitas vezes do Mecanismo e não destes órgãos de soberania.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que se congratulou com o momento, enaltecendo o Mecanismo como um instrumento da maior importância, que tem funcionado apesar das suas parcas condições, atividade essa que gerava expectativas para o futuro. Por outro lado, congratulou-se por este ser um passo consensual (com o maior consenso possível), e sendo por isso uma versão melhor do que a inicial, com o reforço da sua autonomia e independência, mas também o compromisso das forças políticas representadas na Assembleia da República, que encararam este processo como uma prioridade, centralizando a relevância desta medida. Para finalizar, sublinhou que este era o início e não o fim do processo.

Submetido a votação, foi o texto comum aprovado por unanimidade.

4. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) das seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Lei n.º 509/XIII/2.ª (PCP) - «Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, procedendo à 12.ª alteração do Código do Trabalho e à 1.ª alteração da Lei n.º 98/2009, 4 de setembro»;**

- **Projeto de Lei n.º 510/XIII/2.ª (PCP) - «Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto»;**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.ª SL

- Projeto de Lei n.º 514/XIII/2.ª (PCP) - «Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro»;
- Projeto de Lei n.º 716/XIII/3.ª (PCP) - «Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (1.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho)»;
- Projeto de Lei n.º 842/XIII/3.ª (BE) - «Determina a isenção de custas dos trabalhadores nas ações para reconhecimento de direito ou interesse legalmente protegido em matéria de acidentes de trabalho e de doenças profissionais (12.ª alteração ao Regulamento das Custas Processuais e 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro)»;
- Projeto de Lei n.º 542/XIII/2.ª (PEV) - «Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho»;
- Projeto de Lei n.º 613/XIII/3.ª (BE) - «Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais»;
- Projeto de Lei n.º 779/XIII/3.ª (PCP) - «Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador»;

Sobre este conjunto de diplomas, a Senhora Presidente em exercício comunicou que fora informada pela Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) que (tal como anunciado anteriormente) tivera que se ausentar antes do final da reunião, que as propostas de alteração deveriam ter sido apresentadas até 7 de junho, propondo outrossim a fixação de novo prazo, até 19 de junho, com vista à apresentação de propostas, com o subsequente agendamento de uma reunião para o efeito, caso dessem entrada propostas, ou para quarta-feira, 26 de junho, o que porém seria inviável dada a audição regimental do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) calendarizada para esse dia, ou para 27 de junho, pelas 14h ou após a sessão plenária desse dia.

Tanto o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) como a Senhora Deputada Carla Barros (PSD) mostraram-se favoráveis às datas adiantadas, assim como o Senhor deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que afirmou que o seu Grupo Parlamentar faria os possíveis para estar presente.

A Senhora Presidente em exercício sugeriu então que a reunião pudesse decorrer na quinta-feira, 27 de junho, pelas 14h00, o que mereceu a anuência de todos os Grupos



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.^a SL

Parlamentares, confirmando o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) que só haveria votações caso fossem recebidas propostas de alteração, pois caso contrário as iniciativas subiriam de imediato para Plenário, para votação.

5. Fixação da redação final das iniciativas legislativas que alteram o Regime de Execução do Acolhimento Familiar [Projetos de Lei n.º 873/XIII/3.^a (PS), 913/XIII/3.^a (PSD), 1012/XIII/4.^a (PAN) e 1018/XIII/4.^a (CDS-PP)];

A redação final das iniciativas identificadas foi fixada por unanimidade, nos termos da proposta apresentada.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com caráter de urgência, da Senhora Secretária de Estado da Segurança Social sobre a situação do concurso aberto para as amas da Segurança Social através do Boletim de Emprego Público;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) apresentou de forma sucinta o requerimento em epígrafe, frisando as três recomendações aprovadas na sequência do Projeto de Resolução n.º 2062/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a promoção da atividade das amas, a regularização imediata das amas da Segurança Social ao abrigo do PREVPAP, a revisão do seu regime e medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas em IPSS». O requerimento justificava-se assim por as amas serem remetidas para a carreira geral da Administração Pública, através de regulamentação. O Senhor MTSSS teria começado por dizer que os concursos teriam uma carreira especial para estas profissionais, que teria em conta as suas especificidades, desde logo as doze horas de trabalho por dia, e o facto de trabalharem em casa e não num qualquer serviço público. Sucedia porém que a decisão do Governo tinha sido integrar as amas na carreira geral, sendo necessário compreender e acompanhar o modo de vinculação destas 271 amas, bem como a forma como o Governo iria reconhecer a especificidade da sua situação, o que justificava a audição da Senhora Secretária de Estado sobre esta matéria.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, tendo a Senhora Presidente em exercício cogitado a possibilidade de a Senhora Secretária de Estado ser ouvida no dia da audição regimental (26 de junho), recordando porém que para esse dia já se encontrava agendada uma ronda



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.^a SL

extraordinária que tinha por base um requerimento do PSD sobre o atraso no pagamento de pensões.

Tomou então da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que apesar de nada ter a opor ao requerimento aqui em discussão, defendeu que já não seria possível a sua concretização no dia 26 de junho, atendendo aos motivos expendidos pela Senhora Presidente em exercício.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) lembrou que aguardavam ainda agendamento três requerimentos do GP do CDS-PP aprovados por unanimidade, pelo que o requerimento ora aprovado teria que aguardar a sua vez, apelando a que os aludidos requerimentos do CDS-PP pudessem ser agendados ainda nesta Legislatura.

Foi então concedida a palavra ao Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que sugeriu que se pudesse diligenciar junto do Governo para tentar encontrar uma data até 10 de julho, dia do Debate sobre o Estado da Nação, para a realização sucessiva das audições que resultavam dos requerimentos ainda pendentes em Comissão.

7. Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 2138/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a retificação da contagem de tempos de trabalho dos trabalhadores da pesca local e costeira para efeitos de pensões e reformas e devida reposição dos seus direitos», do Projeto de Resolução n.º 2178/XIII/4.^a (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que, para efeitos de contabilização na Segurança Social, equipare cada dia de descarga em lota das embarcações de pesca local e costeira a 3 dias de trabalho» e do Projeto de Resolução n.º 2179/XIII/4.^a (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que reveja o processo de devolução dos retroativos da pensão auferidos pelos mestres/armadores da Associação dos Mestres Proprietários da Pesca Artesanal da Zona Norte»;

O GP do PS solicitou o adiamento do sétimo ponto da Ordem de Trabalhos.

8. Admissão das seguintes petições, e designação, se necessário, dos respetivos relatores:

- Petição n.º 594/XIII/4.^a, da iniciativa de Ricardo Manuel Vieira Pereira e outros (198 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medida de legislativa com vista à criação da carreira especial de técnico superior jurista»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 609/XIII/4.^a, da iniciativa de Ana Raquel Oliveira Lima e outros (4110 assinaturas) - «Solicitam a regulamentação da Profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa»;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.^a SL

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 613/XIII/4.^a, da iniciativa do STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionários e Afins e outros (15900 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 619/XIII/4.^a, da iniciativa do SINDEL - Sindicato Nacional da Industria e da Energia e outros (4075 assinaturas) - «Solicitam o reconhecimento da profissão dos trabalhadores da manutenção e montagem de aerogeradores como de desgaste rápido»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 625/XIII/4.^a, da iniciativa de Paulo Jorge Guedes Gouveia Reis e outros (6311 assinaturas) - «Solicitam a atualização da estrutura remuneratória da carreira de Assistente Técnico.»;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) transmitiu que o seu Grupo Parlamentar estava em condições de anunciar os relatores das petições que lhes seriam distribuídos, mas não sem que antes abordasse uma questão prévia, que teria que ser consensualizada com todos os Grupos e com a Comissão. De facto, constatando a impossibilidade de concluir os processos das petições aqui elencadas antes do final da Legislatura, colocou á consideração geral a possibilidade de estas apenas serem distribuídas na próxima Legislatura, na medida em que tal não provocava a sua caducidade, e disso se dando conta aos peticionários.

Respondeu a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que depois de recordar que a Comissão havia decidido que se elaboraria relatório de todas as petições, manifestou compreender o entendimento suscitado pelo GP do PS, assim como a possibilidade de outros Grupos Parlamentares solicitarem a convocação das notas de admissibilidade das petições que lhes haviam sido distribuídas, se preenchidos os requisitos para tal. O Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) manifestou a sua concordância face ao afirmado.

Desta forma, ficou decidido que a avaliação seria feita numa das próximas reuniões da Comissão, e sendo o caso, seria comunicado aos peticionários o motivo para estas não serem admitidas de imediato, bem como a sua transição para a próxima Legislatura.

9. Outros assuntos.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.ª SL

Neste último ponto, a Senhora Presidente em exercício lembrou que na semana seguinte realizar-se-ia a audição regimental com o Senhor Ministro das Finanças, bem como a deslocação de uma delegação parlamentar à Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de junho de 2019.

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

WANDA GUIMARÃES



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 213/XIII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Helga Correia
Jorge Falcato Simões
Maria da Luz Rosinha
Rui Cruz
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Rui Riso

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Feliciano Barreiras Duarte
José Rui Cruz